

**PROJETO DE LEI Nº 4.918, DE 2016
(Do Senado Federal)**

Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

EMENDA DE PLENÁRIO Nº

2


Art. 1º. Suprimam-se os seguintes dispositivos do PL nº 4.218/216: o inciso VI do art. 42, a letra "a" do inciso I do §1º do art. 42, o §2º do art. 42 e o §5º do art. 42.

Art. 2º. Suprima-se a expressão "e integrada" do §1º do art. 42 e a expressão "integradas ou" do §3º do art. 42.

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos objeto das supressões promovidas por esta emenda tratam da contratação integrada, na qual, em vez de concluir o projeto básico para só então licitar a obra pública, a empresa estatal atribui essas duas etapas a um mesmo agente privado.


A contratação integrada é uma das modalidades que surgiu com o Regime Diferenciado de Contratações, ou RDC, estabelecido pela Lei 12.462/2011. Inicialmente, a ideia era contemplar obras dos jogos olímpicos e da Copa do Mundo com mais agilidade. Entretanto, nesta modalidade de licitação, há riscos inerentes de sobrepreço e

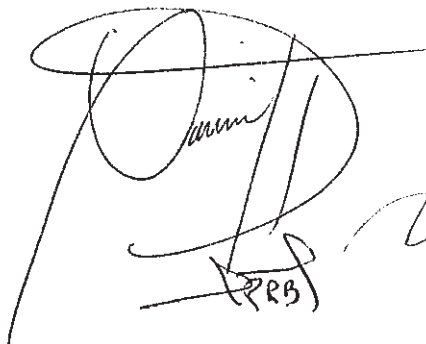


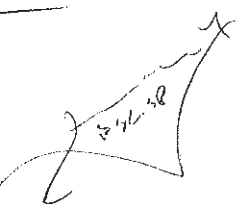
superfaturamento, uma vez que a entidade contratante não estabelece parâmetros para execução do objeto do contrato.


Além disso, parece temerário atribuir a responsabilidade total da execução da obra ao agente privado, sem estudos prévios do contratante. Contamos, portanto, com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões, de junho de 2016.


Deputado Weverton Rocha
Líder do PDT


PRB


PRB


PRB